

**Everton Luiz Zanella**

# **INFILTRAÇÃO DE AGENTES E O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

**Análise do Mecanismo Probatório Sob o  
Enfoque da Eficiência e do Garantismo**

**2ª Edição**

**Revista, Ampliada e Atualizada em  
Conformidade com a Lei 13.964/2019  
(Pacote Anticrime)**

Curitiba  
Juruá Editora  
2020

---

Visite nossos *sites* na Internet

[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e

[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)

e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-65-5605-100-0**

**JURUA**  
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900

Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –

Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ermani de Carvalho Pacheco

---

Zanella, Everton Luiz.

Z28 Infiltração de agentes e o combate ao crime organizado: análise do mecanismo probatório sob o enfoque da eficiência e do garantismo./ Everton Luiz Zanella./ 2ª edição./ Curitiba: Jurua, 2020.

352p.

1. Crime organizado. 2. Prova (Direito). 3. Serviço secreto. 4. Investigações. I. Título.

CDD 345.05

CDU 343.232

000011

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	23
<b>1 CRIMINALIDADE ORGANIZADA</b> .....	27
1.1 BREVE HISTÓRICO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS .....	27
1.2 ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NO BRASIL .....	33
1.3 ESPÉCIES DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E SUAS CA- RACTERÍSTICAS .....	36
1.3.1 Organizações Mafiosas .....	37
1.3.2 Organizações Criminosas em Rede .....	38
1.3.3 Organizações Criminosas Empresariais .....	40
1.3.4 Organizações Criminosas Institucionais .....	43
1.4 CONCEITO LEGAL .....	47
1.5 TIPIFICAÇÃO PENAL DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS .....	49
1.5.1 Tipificação de “Organização Criminosa” no Direito Estran- geiro .....	49
1.5.2 Tipificação de “Organização Criminosa” no Direito Brasilei- ro: Art. 2º da Lei 12.850/2013 .....	53
1.6 ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS .....	58
1.7 O DIREITO FUNDAMENTAL DE PROTEÇÃO CONTRA A CRI- MINALIDADE ORGANIZADA .....	62
<b>2 TEORIA GERAL DA PROVA NO PROCESSO PENAL</b> .....	69
2.1 PROCESSO PENAL CONSTITUCIONAL .....	69
2.2 SISTEMA ACUSATÓRIO .....	71
2.3 PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL .....	72
2.3.1 Juiz Natural .....	73
2.3.2 Ampla Defesa .....	74

2.3.3	Contraditório .....	77
2.3.4	Estado de Inocência.....	78
2.3.5	Direito ao Silêncio .....	83
2.3.5.1	Definição .....	83
2.3.5.2	O interrogatório e o direito ao silêncio.....	84
2.3.5.3	O alcance do direito ao silêncio.....	89
2.4	PROVA: CONCEITO, OBJETIVO E CLASSIFICAÇÃO.....	90
2.5	BUSCA DA VERDADE REAL .....	91
2.5.1	Conceito e Distinções.....	91
2.5.2	Ônus da Prova .....	96
2.5.3	Poder Instrutório Residual do Magistrado.....	99
2.5.4	Sistema do Livre Convencimento Motivado.....	101
2.6	DIREITO E RESTRIÇÕES À PROVA .....	106
2.6.1	A Vedação da Prova Obtida por Meio Ilícito.....	106
2.6.2	Prova Ilícita por Derivação, Fonte Independente e Descoberta Inevitável.....	110
2.6.3	Utilização da Prova Ilícita e o Princípio da Proporcionalidade... 112	
<b>3</b>	<b>PROVAS EM ESPÉCIE .....</b>	<b>121</b>
3.1	MEIOS DE PROVA NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL .....	121
3.1.1	Perícias.....	122
3.1.1.1	Generalidades e o “corpo de delito”.....	122
3.1.1.2	Exame necroscópico e exumação.....	124
3.1.1.3	Exame de lesões corporais .....	125
3.1.1.4	Exame de local dos fatos.....	125
3.1.1.5	Exames laboratoriais .....	126
3.1.1.6	Exames em instrumentos e objetos de infrações penais .....	127
3.1.2	Confissão.....	128
3.1.3	Declarações do Ofendido .....	129
3.1.4	Prova Testemunhal.....	131
3.1.5	O Sistema de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas..	135
3.1.6	Reconhecimento de Pessoas e Coisas .....	137
3.1.7	Acareação.....	140
3.1.8	Prova Documental.....	142
3.1.9	Prova Indiciária .....	144
3.1.10	Busca e Apreensão .....	145

3.1.10.1	Natureza e finalidade.....	145
3.1.10.2	Busca domiciliar.....	146
3.1.10.3	Busca pessoal .....	149
3.2	NECESSIDADE DE PROTEÇÃO EFICIENTE NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E SEU REFLEXO NA PRODUÇÃO DA PROVA .....	150
3.3	MECANISMOS DE PROVA ESPECIAIS PARA O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO.....	158
3.3.1	Âmbito de Aplicação .....	158
3.3.2	Afastamento dos Sigilos Fiscal, Bancário e Financeiro .....	160
3.3.3	Acesso Direto a Dados Cadastrais .....	162
3.3.4	Interceptação de Comunicações Telefônicas e Telemáticas ....	163
3.3.4.1	Introdução .....	163
3.3.4.2	Requisitos.....	164
3.3.4.3	Formalização do pedido .....	166
3.3.4.4	Encontro fortuito de provas.....	172
3.3.4.5	Compartilhamento da prova emprestada.....	173
3.3.4.6	Diferença entre interceptação telefônica, gravação unilateral e escuta telefônica .....	174
3.3.4.7	Interceptação das comunicações telemáticas.....	176
3.3.4.8	Interceptações das comunicações telefônicas e telemáticas no direito estrangeiro.....	178
3.3.5	Captação Ambiental.....	179
3.3.6	Ação Controlada e Entrega Viguada.....	183
3.3.7	Colaboração Premiada .....	190
3.3.7.1	Conceito, origem e natureza jurídica.....	190
3.3.7.2	Fase pré-acordo de colaboração: a proposta, as reuniões preliminares e o termo de confidencialidade ..	193
3.3.7.3	Requisitos para o acordo de colaboração e os possíveis prêmios ao colaborador .....	196
3.3.7.4	Forma do acordo e a homologação judicial.....	200
3.3.7.5	O não oferecimento de denúncia pelo Ministério Público.....	205
3.3.7.6	Momento .....	210
3.3.7.7	Rescisão do acordo de colaboração premiada .....	211
3.3.7.8	Recurso contra a decisão judicial que homologa ou recusa a homologação do acordo .....	212
3.3.7.9	Direitos do colaborador.....	213
3.3.7.10	Colaboração e os crimes contra a vida .....	213

3.3.8	Cooperação entre Instituições .....	214
3.3.8.1	Formas de cooperar .....	214
3.3.8.2	Necessidade de avanços .....	216
<b>4</b>	<b>INFILTRAÇÃO DE AGENTES .....</b>	<b>219</b>
4.1	CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA.....	219
4.2	NECESSÁRIA DISTINÇÃO ENTRE AGENTE INFILTRADO, AGENTE PROVOCADOR E AGENTE POLICIAL DISFARÇADO.....	221
4.3	MODELO BRASILEIRO .....	226
4.3.1	Aspectos Históricos.....	226
4.3.2	A Infiltração Física de Agentes (Infiltração “ <i>In Loco</i> ” ou Real)..	229
4.3.2.1	Introdução.....	229
4.3.2.2	Aspectos procedimentais.....	230
4.3.2.2.1	Legitimidade.....	230
4.3.2.2.2	Momento.....	231
4.3.2.2.3	Pressupostos para ser agente infiltrado...	233
4.3.2.2.4	Trâmite sigiloso e decisão judicial.....	236
4.3.2.2.5	Requisitos .....	240
4.3.2.2.6	O alcance e os limites da decisão judicial .....	243
4.3.2.2.7	Prazo .....	245
4.3.2.2.8	Relatórios da infiltração.....	247
4.3.2.2.9	Cessação .....	249
4.3.2.3	Responsabilidade penal do agente infiltrado .....	251
4.3.2.4	Direitos do agente infiltrado .....	257
4.3.3	Infiltração Virtual de Agentes .....	259
4.3.3.1	Infiltração virtual no Estatuto da Criança e Adolescente.....	259
4.3.3.2	Infiltração virtual no “pacote anticrime” .....	265
4.4	ESTUDO SISTEMÁTICO DA INFILTRAÇÃO DE AGENTES NO DIREITO ESTRANGEIRO .....	268
4.4.1	Estados Unidos da América .....	268
4.4.2	Itália .....	274
4.4.3	Alemanha .....	276
4.4.4	Espanha .....	277
4.4.5	França.....	280

Infiltração de Agentes e o Combate ao Crime Organizado	21
4.4.6 Portugal .....	282
4.4.7 Argentina .....	285
<b>4.5 DA TEORIA À PRÁTICA: TRILHANDO O CAMINHO PARA QUE A INFILTRAÇÃO DE AGENTES POSSA SER OPERACIONALIZADA NO BRASIL COM EFICIÊNCIA E RESPEITO ÀS GARANTIAS .....</b>	<b>288</b>
4.5.1 Panorama Comparativo .....	288
4.5.2 As Fases da Operação de Infiltração de Agentes .....	290
4.5.3 Fase Pré-infiltração: Seleção, Treinamento e Formação do Agente Especial .....	291
4.5.4 Fase de Infiltração Propriamente Dita .....	299
4.5.4.1 Plano operacional .....	299
4.5.4.2 Equipe de suporte .....	300
4.5.5 Fase Pós-infiltração .....	303
<b>4.6 TESTEMUNHO DO AGENTE INFILTRADO E PRESERVAÇÃO DE SUA IDENTIDADE .....</b>	<b>303</b>
<b>4.7 A INFILTRAÇÃO DE AGENTES SOB OS ENFOQUES DA EFICIÊNCIA E DO GARANTISMO .....</b>	<b>310</b>
4.7.1 Críticas ao Mecanismo de Infiltração de Agentes e seu Necessário Contraponto .....	310
4.7.2 A Atuação do Agente Infiltrado e a Validade da Prova .....	313
4.7.3 Possibilidade de um Modelo Eficaz e Garantista .....	318
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>323</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>327</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>339</b>